

TÍTULO
Entre Portugal e a Galiza (Sécs. XI a XVII)
Um Olhar Peninsular sobre uma Região Histórica

COORDENAÇÃO
Luís Adão da Fonseca

REVISÃO
Luís Adão da Fonseca
Maria Cristina Pimenta
José Augusto de Sottomayor-Pizarro

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS
Cepese e Fronteira do Caos Editores Lda.

CAPA
Jaime Regalado

IMPRESSÃO E ACABAMENTO
Barbosa e Filhos Lda.

DEPÓSITO LEGAL
376 041/14

ISBN CEPESE
978-989-8434-25-8

ISBN FRONTEIRA DO CAOS EDITORES LDA.
978-989-8647-19-1

1.ª EDIÇÃO
PORTO – MARÇO 2014

CEPESE
Rua do Campo Alegre, 1021
4169-004 Porto
cepese@cepese.pt
www.cepese.pr

FRONTEIRA DO CAOS EDITORES LDA.
Apartado 52028
4202-801 Porto
fronteiradocaos@netcabo.pt
www.fronteiradocaoseditores.pt
<http://nafronteiradocaos.blogspot.com/>

Luís Adão da Fonseca
(coord.)

ENTRE PORTUGAL E A GALIZA
(SÉCS. XI A XVII)

UM OLHAR PENINSULAR
SOBRE UMA REGIÃO HISTÓRICA



FRONTEIRA DO CAOS
EDITORES

quantidade de oficinas de construção, a morosidade na conclusão das obras, entre outros fatores, faz com que as influências sejam muito difusas e de multiplicadas direções. O estudo das vias de circulação de modelos e de formas é muito complexo até porque as ligações são múltiplas. A investigação que aborda o papel dos *atores* – artistas, obras e modelos – e a forma como participam na reconfiguração de um determinado meio artístico, constitui uma perspectiva de análise que a historiografia tenta atualmente abordar⁶¹⁹.

A nova igreja de Guimarães terá sido erguida paralelamente ao anterior templo românico (edificado a Norte), sobre parte da quadra do claustro, de forma intencional. A fachada ocidental ficou assim próxima do cruzeiro e da oliveira associando o templo ao local dos milagres. O programa de glorificação da *Virgem* patente no janelão – caso único no gótico português – sobressaindo em calcário policromado no templo granítico, apresentava-se como o enquadramento ideal para um centro de peregrinação.

Não seria muito longa a importância nacional deste santuário. Segundo José Marques, no último quartel do séc. XV o cabido de Guimarães solicitou ao Romano Pontífice um conjunto de indulgências para os que fossem em peregrinação à Senhora da Oliveira⁶²⁰, o que não foi suficiente para solucionar o depauperamento da colegiada e renovar o prestígio conseguido com o voto de D. João I, apesar das várias tentativas de recuperação nos tempos seguintes.

18.3. PANTEÕES RÉGIOS*

A escolha do lugar de enterramento dos membros da família real portuguesa foi um assunto ao qual os monarcas portugueses deram sempre uma grande importância. Foi uma preocupação comum à esmagadora maioria das casas reais europeias desde as épocas medievais e obedecia a códigos simbólicos que as estreitas relações familiares entre os seus membros tornavam bem conhecidos. A questão é, no entanto, complexa, pois muitos membros das casas reais deixaram em testamento indicações de outros lugares mais ligados às suas trajetórias e devoções particulares, assim sinalizando a preferência pela celebração individual do que pela memória comum da linhagem real. Por exemplo, no início da época moderna, os casos de D. Sebastião, cuja predileção seria Santa Cruz de Coimbra – como D. Afonso Henriques –, e não Belém, do Cardeal-Rei, que tentou sepultamento em Évora, ou de Carlos V com a

⁶¹⁹ GUILLOUËT, 2009: 17-25.

⁶²⁰ MARQUES, 1994c: 86-87.

* Texto de Mafalda Soares da Cunha e Lúcia Cardoso Rosas.

escolha do mosteiro de Yuste, são situações que manifestam essa preferência por lógicas de devoção e de construção de uma memória pessoal.

Já as decisões que alguns monarcas depois tomaram de contrariar essas disposições e criar um espaço comum para enterramento familiar – ou seja, um panteão real – devem ser interpretadas como expressões da vontade de afirmação do prestígio, devoção e continuidade dinástica, pelo que podem ser analisadas como parte da construção da memória identitária das dinastias. No geral tal implicava edificar um espaço com esse propósito expresso ou fazer obras em edifícios pré-existentes que permitissem acomodar com a dignidade conveniente os corpos das reais pessoas. Era um processo demorado que para além de implicar investimentos vultuosos em rebuscados programas arquitetónicos exigia, depois, cerimoniais complexos para a trasladação das ossadas das sepulturas iniciais para o local definitivo.

Um exemplo da afirmação da Dinastia de Avis e de exaltação da sua memória é constituído pela obra maior da arquitetura gótica em Portugal: o Mosteiro de Santa Maria da Vitória (ou da Batalha), a melhor expressão do poder simbólico e retórico que a arquitetura representa na afirmação do poder régio (Fig. 3). Resultante de um voto de D. João I celebra a vitória na Batalha de Aljubarrota, a independência do reino e a legitimação da nova Dinastia de Avis. Bem conhecido internacionalmente, o mosteiro é, no seu género, um dos mais originais monumentos da Europa como salientam Élie Lambert, Louis Grodecki e Erlande Brandenbourg, entre outros investigadores da arquitetura gótica⁶²¹.

Iniciada em 1388 a construção foi dirigida até 1402 por Afonso Domingues, arquiteto régio, a quem se deve o plano da obra. Depois da morte de Afonso Domingues, será mestre Huguet o arquiteto do Mosteiro até ao ano de 1438. De origem estrangeira muito se tem discutido sobre a sua proveniência inglesa, francesa ou catalã. Contudo não é este o lugar para desenvolvermos a questão. Optamos por dar maior ênfase ao panteão do primeiro rei da Dinastia de Avis.

A mestre Huguet se deve, sem dúvida, a construção do panteão dinástico que se encosta ao lado Sul da igreja. Destinada a lugar de sepultura de D. João I, da rainha D. Filipa de Lencastre e dos seus filhos, a designada Capela do Fundador segue o modelo de planta centralizada. É composta por um quadrilátero no centro do qual se ergue um octógono assente em pilares e coberto por uma abóbada em estrela sob a qual foi colocado o duplo túmulo de D. João I e D. Filipa de Lencastre.

De grande qualidade e refinamento arquitetónico e construtivo, demonstrando quanto Huguet dominava as soluções técnicas e a modelação da luz, o espaço funerário da Dinastia de Avis já estava em construção em 1426 e seria terminado em 1432 quando o casal régio foi aí tumulado, destinando-se os arcosólios das paredes à

⁶²¹ ALMEIDA; BARROCA, 2002: 70.

tumulação dos seus filhos. O túmulo de D. João I e D. Filipa de Lencastre destaca-se pela sua originalidade na tumulária portuguesa de então (Foto 10). Sobre a arca monumental repousa o duplo jacente, já comum noutras regiões da Europa como a Inglaterra mas que em Portugal inicia uma tipologia mimetizada posteriormente⁶²². O jacente de D. João I figura o rei como um guerreiro ostentando um cetro na mão, atributo utilizado pela primeira vez nos jacentes dos monarcas portugueses.

D. João I afirma, de uma forma eloquente, a sua identidade e a dinastia por si fundada rompendo, desta vez, com os seus imediatos antecessores que tinham escolhido o Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça como panteão régio. Santa Cruz de Coimbra fora o primeiro panteão da nova monarquia ibérica. D. Afonso Henriques e D. Sancho I estão tumulados naquele mosteiro de Cónegos Regrantes de Santo Agostinho fundado em 1131.

Lugares de memória e de afirmação de identidade os panteões da monarquia portuguesa acompanharam, territorialmente, a própria definição geográfica do reino. É, aliás, o que se verifica na época moderna, com os mosteiros de Santa Maria de Belém e de São Vicente de Fora.

É sabido como se tem atribuído a D. Manuel (através do seu testamento de 1517) a intenção de criar no mosteiro de Santa Maria de Belém um panteão real para a Dinastia de Avis-Beja, rompendo com o anterior espaço de enterramento dos Avis no mosteiro de Santa Maria da Vitória da Batalha. A escolha da ordem dos Jerónimos e em particular a do mosteiro fundado pelo próprio rei na proximidade do porto de Lisboa tem sido interpretada de acordo com dois tópicos: por um lado a projeção da política dita imperial de D. Manuel⁶²³; por outro o mimetismo com a casa real de Castela.

De acordo com Fr. Jacinto de S. Miguel, frade jerónimo que escreveu a *Relação da Insigne e Real Casa de Santa Maria de Belém*⁶²⁴ na primeira metade do séc. XVIII, estariam sepultados nesse mosteiro 26 corpos reais - cinco reis, três rainhas, cinco príncipes, nove Infantes (oito legítimos e um bastardo), quatro Infantas virgens, ou seja crianças. Sabe-se ainda que a grande maioria pertencia à Dinastia de Avis-Beja. Não foram, no entanto, todos sepultados nesse local à data das respetivas mortes.

A reunião dos corpos-ossadas teve lugar em vários momentos. A cronologia das trasladações revela que o primeiro impulsor desse desígnio foi D. João III em outubro de 1551. A trasladação dos ossos de vários membros da sua família direta que estavam dispersos em vários lugares de Lisboa prolongou-se por uma semana num complexo e faustoso cerimonial que mobilizou os principais senhores laicos e eclesiásticos do reino além de centenas de frades das várias ordens religiosas e de

⁶²² ALMEIDA; BARROCA, 2002: 241-242.

⁶²³ MOREIRA, 1995. DIAS, 2002b.

⁶²⁴ SÃO MIGUEL, 1901.

clérigos. As ossadas de seu pai D. Manuel saíram da antiga igreja de Belém, enquanto as da sua mãe, a rainha D. Maria, procederam do mosteiro da Madre Deus e as do Cardeal D. Afonso, seu irmão, da Sé de Lisboa. Foram ainda trasladadas as ossadas do Infante D. Duarte, outro irmão, e as de D. Duarte filho natural do monarca. No último dia, e em cerimónia conjunta, trasladaram-se os restos mortais de seis pequenos príncipes (dois irmãos do rei e quatro filhos) que também estavam enterrados na antiga igreja de Belém. O evento causou comoção pelo que dele ficaram numerosos registos entre os quais a edição do sermão fúnebre proferido por D. António Pinheiro, à data cronista-mor e mestre do príncipe D. João. De acordo com quem assistiu, a pregação terá demorado cerca de duas horas com exposição detalhada “das excelentes e heroicas e sanctimonia de vida desses divinos príncipes”⁶²⁵.

Nos anos 1570 a rainha D. Catarina terá tido um papel decisivo na renovação arquitetónica da capela-mor com intenção de acrescentar dignidade ao espaço do mausoléu e os monarcas da casa de Áustria mantiveram essa orientação. A celebração das exéquias de Filipe II no mosteiro de Belém em 1599 pode também ser lida como uma manifestação intencional da continuidade dinástica com os últimos Avis⁶²⁶. E em 1604, quando Filipe III determinou que não se fizessem mais enterramentos particulares no mosteiro de Belém, a fim de acabar com a “indecência e desordem que o tempo foi introduzindo”, referia a necessária reserva desse espaço para a família dos reis “seus predecessores”⁶²⁷. A intervenção dos Filipes na consolidação da memória dinástica da casa real portuguesa pode no entanto enquadrar-se no processo mais geral da reorganização dos lugares de sepultamento da linha dinástica inaugurada pelos Reis Católicos que Filipe II iniciou no reino vizinho.

A questão do lugar de enterramento dos reis das Coroas castelhano-aragonesa esteve muito presente desde os finais do séc. XV e durante todo o século seguinte foi objeto de várias e, por vezes, contraditórias decisões. A capela real gótica de Granada, mandada edificar pelos Reis Católicos como celebração da conquista do reino de Granada e da expulsão dos mouros em 1492, foi escolhida para acolher os corpos dos seus fundadores e dos seus imediatos sucessores no trono, Filipe da Borgonha e Joana de Castela. A opção tinha um evidente conteúdo simbólico que Carlos V seguiu num primeiro testamento (discute-se, no entanto, se seria na catedral de Granada ou nessa mesma capela de seus avós e pais). Pouco depois mudou de ideias preferindo o mosteiro de Yuste, onde escolhera passar os seus últimos dias e onde teve, de facto, a sua primeira sepultura. Ordenara nessa altura que o corpo da imperatriz Isabel se lhe reunisse nesse local. No entanto Filipe II não terá concordado com tal decisão, já que em 1559 deu instruções para os corpos dos seus familiares recém-falecidos – o imperador

⁶²⁵ PINHEIRO, 1985 [1551].

⁶²⁶ CURTO, 2011: 219 ss.

⁶²⁷ SÃO MIGUEL, 1901: 117.

seu pai, a sua avó D. Joana de Castela e as suas duas tias as rainhas Leonor de França e Maria da Hungria – serem trasladados para Granada⁶²⁸.

Este traslado coletivo nunca se concretizou em resultado da quase imediata decisão de construir o mosteiro do Escorial (c. 1558) e de reunir nesse local os corpos dos seus familiares. Ora esta última resolução se marca, por um lado, a rutura de Filipe II com a centralidade anteriormente conferida à memória dos Reis Católicos, assinala, por outro, a vontade de criar um espaço de sepultamento específico para a Dinastia Habsburgo. A verdade é que os tempos também eram outros e a manutenção da corte em Castela – entre Valhadolid e Madrid – aconselhava a uma maior coincidência geográfica entre o centro de poder e última morada dos monarcas. Granada ficava distante, razão pela qual, já nos anos de 1570, os corpos dos imperadores, das rainhas Maria da Hungria, Leonor de França, e da rainha Maria Manuel foram transferidos para o Escorial. Lá se concentraram mais tarde os restos mortais de todos os monarcas da casa de Áustria, bem como a maior parte dos da Dinastia setecentista dos Bourbonês espanhóis.

A historiografia também tem classificado São Vicente de Fora como panteão real, desta vez da Dinastia de Bragança⁶²⁹. Os monarcas desta dinastia estão, com efeito, aí sepultados. O complexo funerário familiar será inaugurado com D. João IV e nele transparece a intenção de uma rutura com laivos de continuidade.

A indicação dos tempos novos que 1640 inaugurara foi assinalada pela escolha de São Vicente de Fora. Representava de facto uma novidade face ao consagrado e luxuoso mausoléu de Belém. Todavia a escolha recaiu num mosteiro cujo programa arquitetónico e iconográfico datava de Filipe II e para o qual teria sido usado como modelo a capela-mor do mosteiro de Belém. A explicação poderá ser a vontade de D. João IV se associar à memória de D. Afonso Henriques (que fora o fundador desse mosteiro) desejo esse que, como Soromenho sugere, fora também o de Filipe II⁶³⁰. O alinhamento de ambos na invocação da memória do primeiro Rei de Portugal (como D. Manuel, de resto, já fizera com a construção de um novo túmulo para ele em Santa Cruz) é significativo quer do papel desse rei na galeria dos mitos de origem dos lusos, quer da necessidade de reforço de legitimidade sentida pelos fundadores das novas Dinastias de Habsburgo e de Bragança.

Mas ao contrário do que ocorrera em Vila Viçosa onde a casa ducal de Bragança reunira no convento dos Agostinhos todos os descendentes masculinos e no Mosteiro das Chagas os do setor feminino, a intenção que D. João IV expressou no seu testamento terá sido a de reunir em São Vicente toda a família. A morosidade na adaptação do espaço desse mosteiro, resultado provável das dificuldades financeiras de então, impediu que tal tivesse ocorrido. Desse modo a própria rainha D. Luísa de

⁶²⁸ EISLER, 1992.

⁶²⁹ DIAS, 2002a.

⁶³⁰ SOROMENHO, 2009.

Gusmão só foi para lá trasladada em 1691. O mosteiro dos Jerónimos foi, no entanto, o local de sepultura provisória escolhido para os filhos de D. João IV (com exceção de D. Pedro II), nele se incluindo D. Catarina de Bragança que faleceu tão tarde quanto 1707. Deste modo os Infantes do rei Restaurador partilhavam o local de repouso com os últimos Avis, demonstrando publicamente a incorporação da nova Dinastia de Bragança no culto dinástico tradicional dos reis de Portugal.

A reunião das ossadas dos vários membros da família real bragantina em S. Vicente de Fora foi sendo feita ao longo dos tempos o que sugere que a memória dinástica dos Bragança se foi compondo em diferentes conjunturas históricas no decurso de um processo em que as circunstâncias e os imprevistos também tiveram parte. Terá sido esse o caso da decisão tomada em 1836 de acomodar com maior decência os restos mortais de Nuno Álvares Pereira, pondo fim à situação transitória em que haviam ficado após a destruição do seu mausoléu do Carmo no terramoto de 1755.

18.4. MITOS DE ORIGEM E DE DESTINO. TRADIÇÕES HISTÓRICAS.

18.4.1. VIRIATO, OURIQUE E *ÍNCLITA GERAÇÃO**

Na época medieval, com efeito, o recurso aos mitos de origem que explicam a fundação do reino português é escasso, mas, nem por isso pouco expressivo. Na verdade, circulam em torno da perceção da identidade nacional, tal como ela era apreendida na altura.

Na maior parte dos casos, parte do poder político a iniciativa para a recuperação ou exaltação dos mitos de origem, precisamente porque estes não deixarão de contribuir para mais facilmente se ultrapassar um momento de crise ou enfraquecimento político de um poder que se pretende rever em modelos anteriores (distantes, até) do tempo em que é gerado. Tem razão, William H. McNeill quando escreve que "Os mitos são, afinal, muitas vezes autovalidação. Uma nação ou qualquer outro grupo humano que sabe como se comportar em situações de crise, pois herdou uma tradição historiográfica heroica que ensina como os seus ancestrais resistiram aos inimigos com sucesso, é mais propensa a agir em conjunto de forma eficaz se comparada com um grupo que não dispõe de uma tal tradição"⁶³¹.

Daí que nos seja permitido posicionar esta abordagem, partindo da Idade Média, ainda que, na época, o recurso aos mitos de origem não extravase tão marcadamente quanto nos períodos subsequentes como ainda se verá.

* Texto de Maria Cristina Pimenta.

⁶³¹ MCNEILL, 1986: 13-14.

